



TCE-TO

Fls: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

- 1. Processo nº:** 2351/2018
2. Classe/Assunto: 4.PRESTAÇÃO DE CONTAS
12.PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR - 2017
3. Responsável(eis): MEIRYNALVA BATISTA BARNABE - CPF: 50792970187
4. Origem: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GUARAI
5. Distribuição: 1ª RELATORIA

ANÁLISE DE DEFESA Nº. 003/2020

Em cumprimento ao que determina o Art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2005, em atendimento aos **Despacho nº 837/2019**, esta Coordenadoria de Análise de Contas e acompanhamento da Gestão Fiscal - COACF, após análise das justificativas apresentadas pelos senhores (as) **Meirynalva Batista Barnabé (CPF:507.929.701-87) – Gestor, à época – e João Porfírio da Costa Júnior (CPF: 029.095.581-50) – Contador, à época**, através da justificativa constante das **ALEGAÇÃO DE DEFESA OU RAZÕES DE JUSTIFICATIVA 1912653 / 2020, do Processo n.º 2351/2018**, informa que:

Em cumprimento ao art. 5º. Inciso IV, da Constituição Federal, foi dado aos interessados o direito de defesa, consoante nas **Citações e Intimação nº 2434 e 2435/2019/RELT1**.

Em análise aos documentos apresentados, bem como ao teor das irregularidades, fatos detectados quando da análise técnica, e diligenciados pelo entendimento contido no **Relatório de Análise de Prestação de Contas n.º 270/2019 e no DESPACHO nº 837/2019**, da Coordenadoria de Análise de Contas e acompanhamento da Gestão Fiscal - COACF e Primeira Relatoria, em verificação ao **Processo nº 2351/2018** referente a **Defesa da Prestação de Contas Ordenador FUNPREV 2017 de Guaraí/TO**, esta Coordenadoria de Análise de Contas e acompanhamento da Gestão Fiscal - COACF, manifesta-se sobre as informações contidas no referido **Relatório de Análise de Prestação de Contas n.º 270/2019 e no DESPACHO nº 837/2019** sobre as justificativas apresentadas pelo Gestor.

Relatório de Análise de Prestação de Contas n.º 270/2019 e no DESPACHO nº 837/2019

- a) 6.3.1. A citação da senhora Meirynalva Batista Barnabé (CPF: 507.929.701-87), gestora à época:**

- 1.** A alíquota de contribuição patronal atingiu o percentual de 0% estando abaixo dos 20% definido no art. 22, inciso I da Lei nº 8212/1991 (item 4.1.2 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

O Item 4.1.2, do Relatório de Análise nº 270/2019, informa que o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de GUARAÍ alcançou 0% de alíquota de contribuição patronal ao RGPS, apresentando a seguinte tabela:

DENOMINAÇÃO	VALOR
a) Regime Geral da Previdência	
I - Vencimentos, Vantagens Fixas e Contratos Temporários $\{[(3.1.90.11 + 3.1.90.04) - (3.1.90.11.42 + 3.1.90.11.44 + 3.1.90.11.30)] - 3.1.1.1.1.01\}$	113.747,79
II - Contribuição Patronal - 3.1.90.13	0,00
Percentual Apurado da Contribuição Patronal = $II/I \times 100$	0%
b) Regime Próprio de Previdência	
I - Servidores Vinculados ao RPPS - 3.1.1.1.1.01	0,00
II - Despesas liquidadas na natureza de despesas - 3.1.91.13	0,00
Percentual Apurado da Contribuição Patronal = $II/I \times 100$	0%

Fonte: Quadro 4 – Regime de Previdência, Relatório nº 270/2019.

Analisando a presente tabela Excelência, percebe-se que o valor R\$ 113.747,79 foi equivocadamente disparado na conta contábil nº 3.1.1.2.1.01.00.00.00.0000, a qual vincula-se ao **RGPS**, sendo que o correto é conta 3.1.1.1.1.01.00.00.00.0000 por ser despesas vinculadas ao **RPPS**, conforme PCASP 2017, uma vez que, este Fundo não há servidores no seu quadro vinculado ao RGPS.

Pois bem, o valor lançado refere-se a DOIS servidores lotados no Fundo, nomeados para os cargos de PRESIDENTE e DIRETOR FINANCEIRO que fazem parte do EFETIVO do município de Guaraí, os quais receberam seus vencimentos em 2017 com base ao com Art. 73, da Lei Municipal nº 638/2016 (Lei de Criação do Fundo de Previdência dos Servidores de Guaraí)

"Art. 73....

§ 1º - Presidente com "status" e remuneração de secretário municipal com o símbolo "DAS";

§ 2º - Diretor Financeiro com o símbolo "DAI".

§ 3º - Os cargos de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo serão providos em comissão, e será ocupado exclusivamente por **servidor público efetivo**, mediante eleição por meio de chapa específica para este fim e em



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

assembleia geral conjunta das categorias, regulamentadas por Decreto e organizadas pelo GUARÁ-PREV nomeado por ato do Chefe do Executivo, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida apenas uma reeleição, consecutiva."

Portanto, esclarecemos que os valores registrados como vencimentos e vantagens fixas refere-se ao pagamento de folha no período janeiro a dezembro de 2017 retrata-se aos dois servidores efetivo do município vinculados ao RPPS que após processo eletivos, assumiram os cargos em comissão para a gestão administrativa do Fundo Municipal de Previdência, com o devido ônus a este órgão.

Diante disso, não houve nenhuma contribuição ao RGPS, por não existir despesas com base legal para o devido recolhimento e/ou vinculação para ao regime geral da previdência social.

Para que não reste qualquer dúvida estamos fazendo juntada de cópia das folhas analíticas processado no exercício 2017.

(DOC.01 – Folha analítica - 2017)

❖ ***Análise da justificativa:***

Consideramos como não atendido, pois, já que não há servidores no RGPP o diligenciado deve comprovar o recolhimento de **Despesas liquidadas na natureza de despesas – 3.1.91.13 no regime de RPPS**, o que não foi feito pelo diligenciado, apenas proferiu que as despesas foram lançadas em conta contábil equivocada.

2. O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Guará/TO atingiu o percentual de 0% de contribuição patronal, sobre a folha dos servidores que contribuem para o RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percentual que está abaixo de 20%, em descordo com o estabelecido no art. 22, I, da Lei nº 8121/91 (item 4.1.2 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

Como já explanado no item "a" acima, houve falha no registro da rubrica 3.1.90.11, cujos todos seus lançamentos foram disparados pelo sistema contábil na conta contábil 3.1.1.2.1.01.00.00.00.0000, quando o correto é a 3.1.1.1.1.01.00.00.0000 uma vez que são despesas com vencimentos e vantagem fixa de servidores **vinculados** ao RPPS, sendo que ocorreu um erro formal e não ensejou descumprimento de contribuição patronal, uma vez que são vinculados ao próprio Fundo de Previdência, não havendo no exercício nenhum credito ao RGPS.

❖ ***Análise da justificativa:***

Consideramos como não atendido, pois, já que não há servidores no RGPP o diligenciado deve comprovar o recolhimento de **Despesas liquidadas na natureza de despesas – 3.1.91.13 no regime de RPPS**, o que não foi feito pelo diligenciado, apenas proferiu que as despesas foram lançadas em conta contábil equivocada.

3. O RGPS informa despesas com servidores vinculados ao RGPS conta 3.1.1.1.1.01, no valor de R\$ 113.747,79, no entanto, não consta contribuição patronal ao RGPS na conta 3.1.91.13 com valor de R\$ 0,00, em desacordo com a alíquota de contribuição fixada na Lei Municipal, no percentual de 14,05% mais 2% de alíquota complementar (item 4.1.2 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

Excelência, no anunciado acima houve um equívoco com o valor atribuído a conta contábil 3.1.1.1.01. (R\$ 113.747,79) sendo que o valor correto é R\$ 0,00 (zerada), repetimos abaixo a mesma tabela do item 4.1.2, evidenciando a devida conta, como segue;

DENOMINAÇÃO	VALOR
a) Regime Geral da Previdência	
I - Vencimentos, Vantagens Fixas e Contratos Temporários (((3.1.90.11 + 3.1.90.04)– (3.1.90.11.42 + 3.1.90.11.44 + 3.1.90.11.30))–3.1.1.1.1.01)	113.747,79
II - Contribuição Patronal - 3.1.90.13	0,00
Percentual Apurado da Contribuição Patronal = II/Ix100	0%
b) Regime Próprio de Previdência	
I - Servidores Vinculados ao RPPS - 3.1.1.1.1.01	0,00
II - Despesas liquidadas na natureza de despesas - 3.1.91.13	0,00
Percentual Apurado da Contribuição Patronal = II/Ix100	0%

Fonte: Quadro 4 – Regime de Previdência, Relatório nº 270/2019.

No mais, entendemos que o item está direcionando ao RPPS e não ao RGPS, onde percebe-se que atribui alíquotas de Lei Municipal.

Diante disso, esclarecemos que no exercício 2017, as alíquotas segue o inciso IV, art. 48, da Lei Municipal nº 638/2016 (Lei de Criação do Fundo de Previdência dos Servidores de Guaraí), como segue;

“art.48

- A receita do GUARÁI-PREV será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

““

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 13,55% (treze inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos definido na avaliação atuarial para o exercício de 2016, compreendendo: **13,05%** (treze inteiros e cinco décimos por centos) relativo ao custo normal e **0,50%** (cinquenta centésimos por centos) referentes à alíquota de custo especial;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

Informamos também que não houve movimentação na rubrica 3.1.91.13, devido os valores a folha de pagamento são do próprio Fundo de Previdência.

❖ *Análise da justificativa:*

Consideramos como não atendido, pois, já que não há servidores no RGPP o diligenciado deve comprovar o recolhimento de **Despesas liquidadas na natureza de despesas – 3.1.91.13 no regime de RPPS**, o que não foi feito pelo diligenciado, apenas proferiu que as despesas foram lançadas em conta contábil equivocada.

4. As unidades gestoras do Município de Guaraí não repassaram todo o valor devido da contribuição patronal ao Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Guaraí/TO, deixando de repassar em 2017, o montante de R\$ 1.987.748,19 (item 4.1.3 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

No exercício 2017, os registros das receitas de contribuição PATRONAL neste Fundo FOI escriturado na rubrica contábil **4.2.1.1.01.01.00.00.0000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO – RPPS**, cujo somatório no fechamento do exercício totalizou **R\$ 1.925.898,97**, conforme evidencia o Balanço de Verificação (Sicap-TCE – fls.06/11), ocorrendo um lapso formal de lançamento do grupo de receita INTRA-ORÇAMENTÁRIA, no qual fazemos juntada no processo.

(DOC.02 – Balanço Verificação – fls.06/11 - Sicap/TCE)

No entanto, ao verificar o Balanço **consolidado** de verificação do município de GUARÁI consta lançado na conta nº 3.1.2.1.2.00.00.00.00.0000 - ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS, o valor R\$ 1.987.748,19, evidenciado uma divergência a menor. Com isso, foi efetuado um confronto de informações junto as UGs do município de Guarái e, ficou constatado que não há nenhum valor a ser repassado a este Fundo no exercício de 2017, sendo que os valores devidos com base/cálculos levantados por este Fundo através de folha de pagamento das UGs, - gerado automaticamente as devidas G.R.P.C, foram todas devidamente recolhidas, as quais pedimos juntadas.

(DOC.03 – GRPC 2017)

E, quanto a divergência encontrada no Balanço CONSOLIDADO, foi constatado um erro formal do Setor contábil do município, ocorrendo lançamentos de créditos do RGPS no RPPS, o qual foi justificado junto a este Egrégio nas CONTAS CONSOLIDADAS DE 2017 do Município de Guarái.

Pedimos ponderações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

❖ *Análise da justificativa:*
Consideramos como atendido.

5. Não houve reconhecimento na contabilidade do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Guaraí/TO do direito a receber, em desconformidade ao que determina o MCASP (item 4.1.3 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**

Como já informado acima Excelência, não houve no exercício 2017, nenhuma base de créditos a receber das UGs, bem como dos servidores vinculados a este Fundo.

❖ *Análise da justificativa:*
Consideramos como atendido.

6. Ausência de planejamento relativo a estoques de materiais de consumo (item 4.3.1.1.1 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

No item aponta ausência de planejamento, pois bem, Excelência, asseguramos que todas e quaisquer aquisições de Materiais de Consumo adquiridos pelo Fundo foram realizados com planejamentos, cautelas e controle.

Informamos que, os materiais são solicitados aos fornecedores para atender as demandas e necessidades do Fundo, em sua totalidade são para consumo imediatos sendo os mesmos para manutenções e conservações dos bens/serviços de que necessitam.

Ressalta-se que todas as aquisições e baixas de estoque em almoxarifado foram registradas de acordo com os Princípios Fundamento de Contabilidade.

Por ser uma autarquia não usufrui do almoxarifado do município mantendo assim sua autonomia administrativa e financeira

❖ ***Análise da justificativa:***
Consideramos como atendido.

7. Não consta do Relatório de Gestão a análise da situação financeira e atuarial do RPPS, incluindo demonstrativo mensal de que estão sendo efetuados os repasses e recolhimento ao RPPS, por parte do Executivo e Legislativo, dos valores decorrentes das contribuições, aportes de recursos e débitos de parcelamento, bem como demonstrativo mensal de que estão sendo efetuados os recolhimentos das contribuições e das retenções ao RPPS, incluindo débitos existentes conforme dispões art. 5º, alíneas “f” e “g” da IN/TCE-TO nº 7/2013;

➤ **Justificativa da diligencia:**



TCE-TO

Fls: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

Excelência, no exercício 2017, não houve, em sua totalidade, atendimento da IN/TCE, no que tange a formalidade do envio do Relatório de Gestão de Ordenadores.

No mais, os procedimentos elencados nas alíneas "f e g" do rol da Instrução Normativa deste Egrégio, foram devidamente

acompanhados pela administração do Fundo, uma vez que, não houve nenhum crédito a receber e/ou recolhido a menor das UGs, como já demonstrado em outros item desta justificativa, bem como, o parcelamento firmado com a UG – Prefeitura Municipal, em março/2017 no valor R\$ 1.115.536,23, em 40 parcelas, com vencimento (10 parcelas) no exercício (março a dezembro) foram recolhido aos cofres deste Fundo, conforme evidenciado no Livro Razão - conta contábil 1.1.3.8.1.06.00.00.00.0000 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO, como segue abaixo;



ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUN PREV SOCIAL SERVIDORES GUARAI

PÁG: 001

LIVRO RAZÃO

CONTA: 1.1.3.8.1.06.00.00.00.0000 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO					
REGISTRO	DATA	Descrição	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
		SALDO ANTERIOR			0,00
4139664	22/03/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV	1.115.536,23		1.115.536,23 D
4139661	30/03/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		27.888,41	1.087.647,82 D
4140346	28/04/2017	DESPESA EM RESPONSABILIDADE	3.193,79		1.090.841,61 D
4140348	28/04/2017	DESPESA EM RESPONSABILIDADE	2.950,56		1.093.792,17 D
4176569	02/05/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		28.117,54	1.065.674,63 D
4155512	05/05/2017	DESPESA EM RESPONSABILIDADE		2.950,56	1.062.724,07 D
4155514	05/05/2017	DESPESA EM RESPONSABILIDADE		3.193,79	1.059.530,28 D
4176575	30/05/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		28.279,96	1.031.250,32 D
4566486	05/07/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		28.521,87	1.002.728,45 D
4566488	31/07/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		29.575,47	973.152,98 D
4567054	31/08/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		28.765,71	944.387,27 D
4797902	29/09/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		28.906,03	915.481,24 D
4834762	16/11/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		29.031,92	886.449,32 D
4835108	05/12/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		29.279,48	857.169,84 D
4835110	29/12/2017	PARCELAMENTO PREFEITURA/GUARAIPREV		29.472,71	827.697,13 D
TOTAL DO MÊS:			1.121.680,58	293.983,45	827.697,13 D
TOTAL ACUMULADO ATÉ O MÊS:			1.121.680,58	293.983,45	827.697,13 D

Ressaltamos Excelência, que será observado esta solicitação para apresentação do próximo Relatório de Gestão de 2019, uma vez que, ano de 2018 também foi enviado sem conter no texto estas informações.

Pede-se consideração e acatamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

❖ *Análise da justificativa:*
Consideramos como atendido.

8. No Balanço Patrimonial, a conta das disponibilidades financeiras do RPPS (Contas 1.1.1.1.1.06.00.00.00.0000) não se encontra destacada das demais conforme exige o art. 50 da LC nº 101/00;

➤ **Justificativa da diligência:**

Ressalto que no Balancete de Verificação - Encerramento, constante do SICAP/Contábil "a conta contábil 1.1.1.1.1.06.00.00.000" está nominada como "**Conta Única RPPS**" que totaliza inclusive, todas as contas de aplicação financeira do Fundo.

(DOC.04 – Balancete verificação 2017 - fls.01).

E, com referência a exigência constante no art. 50 da LC 101/2000, entendemos que a mesma, refere-se à Consolidação das Contas, o que não é o caso pois estamos analisando contas Ordenadores.

No mais, nas contas Consolidadas do Município, as Contas do RPPS estão demonstradas de forma individualizadas de acordo com a exigência legal.

❖ *Análise da justificativa:*
Consideramos como atendido.

9. Déficit atuarial no montante total de R\$ 111.379.396,80 (cento e onze milhões, trezentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) conforme evidenciado no Parecer Atuarial (PDF_SICAP/Contábil), devendo o gestor do RPPS apresentar as medidas adotadas junto ao Ente Federativo visando a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

amortização do déficit atuarial, conforme dispõe o art. 1º, I, da Lei 9.717/1998 e art. 53^[2] da Portaria do Ministério da Fazenda nº 464, de 19 de dezembro de 2018.

➤ **Justificativa da diligência:**

Excelência, com referência ao apontamento do Déficit Atuarial, informamos primeiramente que houve uma retificação da Reavaliação Atuarial 2017 e enviado ao CADPREV em que o valor do montante do déficit atuarial foi no total de **R\$ 78.111.436,26**.

Com a reavaliação retificada, foi sancionada a lei complementar nº 005, de 06 de novembro de 2017, na qual alterou o inciso IV do art. 48 da Lei Municipal nº 638/2016 e, acrescentou o **art.2º que define os percentuais do PLANO DE AMORTIZAÇÃO** destinado ao equacionamento do DÉFICIT ATUARIAL.

E, pelo atendimento legal, a presente Lei foi cadastrada na Secretaria de Previdência Social, a qual dispõe sobre a alteração de alíquota para amortização do déficit atuarial apontado na reavaliação 2017.

Com o novo plano de custeio estabelecido em **13,31% (custo normal) + 0,80 (custo especial do ano em vigor)**, corrigiu as alíquotas que eram de 13,05% e 0,50%, comprovando que essa gestão adotou medidas em conformidade o que dispõe o Art. 1, I, da Lei 9.717/1998 e Art. 53 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 464/2018.

(DOC.05 - Lei Complementar nº 05/2017)

❖ **Análise da justificativa:**
Consideramos como atendido.

b) 6.3.2. A citação do senhor João Porfírio da Costa Júnior (CPF: 029.095.581-50), contador



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

10. Não houve reconhecimento na contabilidade do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Guaraí/TO do direito a receber, em desconformidade ao que determina o MCASP (item 4.1.3 do relatório);

➤ **Justificativa da diligencia:**

Como já informado acima Excelência, não houve no exercício 2017, nenhuma base de créditos a receber das UGs, bem como dos servidores vinculados a este Fundo.

❖ ***Análise da justificativa:***
Consideramos como atendido.

11. No Balanço Patrimonial, a conta das disponibilidades financeiras do RPPS (Contas 1.1.1.1.1.06.00.00.00.0000) não se encontra destacada das demais conforme exige o art. 50 da LC nº 101/00.

➤ **Justificativa da diligencia:**

Ressalto que no Balancete de Verificação - Encerramento, constante do SICAP/Contábil "a conta contábil 1.1.1.1.1.06.00.00.000" está nominada como "**Conta Única RPPS**" que totaliza inclusive, todas as contas de aplicação financeira do Fundo.

(DOC.04 – Balancete verificação 2017 - fls.01).

E, com referência a exigência constante no art. 50 da LC 101/2000, entendemos que a mesma, refere-se à Consolidação das Contas, o que não é o caso pois estamos analisando contas Ordenadores.

No mais, nas contas Consolidadas do Município, as Contas do RPPS estão demonstradas de forma individualizadas de acordo com a exigência legal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Segunda Diretoria de Controle Externo

TCE-TO

Fls: _____

❖ *Análise da justificativa:*
Consideramos como atendido.

Dando continuidade ao trâmite legal, encaminhamos os autos ao Corpo Especial de Auditores para providências que se fizerem necessárias.

Somos S.M.J.

À superior consideração

Coordenadoria de Análise de Contas e acompanhamento da Gestão Fiscal – COACF, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, Palmas, ao(s) 28 dia(s) do mês de janeiro de 2020.

RENATO BATISTA DE SOUZA

Técnico de Controle Externo

Matricula: 234.51-6



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

RENATO BATISTA DE SOUZA

Cargo: TECNICO DE CONTROLE EXTERNO - CONTROLE EXTERNO - Matricula: 234516

Código de Autenticação: 40e818de67a1e61674672f400f21d4fd - 27/01/2020 09:51:05